

A educação especial na formação de base dos educadores sociais

Ana Maria Paula Marques Gomes
Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

ampaula@esepf.pt

Palavras-chave: Educação especial; integração, competências; valorização profissional.

Resumo

Este artigo visa clarificar, reflectir e repensar concepções e práticas na disciplina de Educação Especial, como parte integrante do currículo da Licenciatura Bietápica em Educação Social aprovada pela Portaria nº 532-J/2000 de 31 de Julho. Analisam-se as competências pretendidas aos educadores sociais comparativamente às possíveis saídas profissionais destes, mais precisamente as relacionadas à educação especial e à pessoa portadora de deficiência ao longo de todo o ciclo vital. Com uma grande incidência sobre o período do desenvolvimento e patologias a ele associadas, mas também às questões comportamentais e sociais (integração escolar e social, sexualidade, acessibilidades e inserção no mercado de trabalho).

Referenciamos também alguns trabalhos práticos realizados pelos discentes no âmbito da disciplina no ano lectivo 2004/2005, através de propostas apresentadas e desenvolvidas pelos mesmos. Enfatizamos ainda, alguns dados, de um instrumento de recolha de informação sobre a opinião dos estudantes do 4º ano, com base no modelo de *Auto-regulação*, de Juan Díaz Carrascosa proposto para o PNECU – *Plan Nacional de Evaluación de la Calidad de las Universidades* em Espanha, por considerarmos conter indicadores significativos ao nível da planificação da disciplina.

1. Introdução

Analisando as competências do educador social e as suas possíveis saídas profissionais, impõe-se reflectir sobre a

pertinência do estudo da Educação Especial por parte destes profissionais.

Roegiers & De Ketele (2001, p.16) fazem a distinção entre desempenho (lugar de produção de tarefa) e competência (lugar de formação). Para os autores referenciados as competências contribuem essencialmente à realização das pessoas, à sua inserção, social ou socioprofissional nos meios em que é solicitada a actuar e evoluir. O conceito de Educação Especial evolui de uma perspectiva médico-pedagógica, para uma perspectiva educativa a qual tem como corolário a integração escolar. A finalidade da educação especial é preparar, mediante tratamento educativo adequado, todos os sujeitos com Necessidades Educativas Especiais, para a sua incorporação, tão plena quanto seja possível, na vida social e num sistema de trabalho que lhes permita servirem-se a si mesmos e serem úteis à sociedade, concretizando-se no sentido de lograr um desenvolvimento máximo das suas capacidades, integrar a personalidade global, preparar o sujeito para participar na vida social e instrumentá-lo para a sua aplicação à vida laboral (Fernandes, 2002, p. 63 à 68).

Cada vez mais, as pessoas portadoras de deficiência se encontram nas escolas, nos ateliers de tempos livres (ATL), em associações e instituições de/e para pessoas com deficiência e em lares ou centros de dia. É fundamental que o seu processo de *integração* se faça nos três domínios referidos por Mel Ainscow. Para este especialista em necessidades educativas especiais, a inclusão pressupõe a transformação do sistema educacional, de forma a encontrar meios de alcançar níveis que ainda não estão contemplados. Refere ainda que este processo se faça em três níveis. O primeiro é ao nível da *presença*, o que significa *estar* na escola, nas actividades comunitárias, nos ATL, nas instituições, nos espectáculos, nas bibliotecas, enfim, estar onde estão as outras crianças. Isto vai acontecendo actualmente, até porque os suportes legislativos actuais, nomeadamente referentes à escolaridade

obrigatória, assim o definem. Mas não basta estar, é preciso *participar*. Este é o segundo nível referido por Mel Ainscow. Pode-se estar presente sem participar, e basta-nos um olhar mais atento pelas nossas escolas, pelos espaços onde supostamente todos deveriam estar a participar nas actividades que estão a ser desenvolvidas, para percebermos que isso nem sempre acontece. Ainda é comum encontrarmos crianças com Necessidades Educativas Especiais presentes, mas com pouca ou nenhuma *participação*. Ao chegarmos ao terceiro nível, as coisas parecem-nos ainda mais difíceis de observar, uma vez que implica o nível da *aquisição de conhecimentos*, onde a presença e a participação pressupõem o desenvolvimento de competências e potencialidades inerentes a cada um em particular. Para que todo este processo se desenrole com sucesso é necessário identificar e sobrepujar as barreiras que aparecem ao longo deste percurso, tais como: organização das instituições, construção e implementação de novos projectos, revisão permanente e pertinente dos currículos e mais do que tudo remover “as barreiras da mentalidade”.

2. A formação do educador social

A competência é um conceito integrador, no sentido de que considera ao mesmo tempo os conteúdos, as actividades a serem exercidas e situações nas quais se exercem actividades (Roegiers & De Ketele, 2001, p.45). Se entendermos por competência um conjunto ordenado de capacidades que são exercidos sobre os conteúdos em determinadas situações para resolver uma série de problemas, estas são as mais exigentes e, por isso mesmo, os educadores sociais têm que estar preparados para responder de forma efectiva e com profissionalismo a este grupo minoritário, o das crianças, jovens e adultos com Necessidades Educativas Especiais.

Para isso é necessário que conheçam e estudem a *evolução das atitudes sociais ao longo dos tempos* perante a pessoa com deficiência. Desde a idade média, onde a prática do infanticídio era comum para com os menos “perfeitos”, até aos nossos dias, muito se tem feito pela Educação Especial. É necessário que os educadores sociais tenham essa perspectiva histórica presente, para que possam olhar para esta área com uma atitude crítica, participativa e conscientes do dever profissional de cada um. É fundamental que tenham uma noção dos *diferentes grupos*, normalmente associados e agrupados por patologias e graus de comprometimento funcional, para que ao lidarem com estas pessoas tenham as noções mínimas dos cuidados a ter no relacionamento com os mesmos, que consigam identificar e reconhecer algumas das suas características mais comuns, como se processa o desenvolvimento das crianças e jovens com determinado síndrome e/ou patologia, o que poderão esperar em termos evolutivos e que necessidades têm os diferentes grupos.

Outro aspecto ainda muito importante, é que nesta área desenvolvam competências para saber *trabalhar em equipa*, articular saberes, trocar experiências e informações com um número significativo de outros profissionais que, invariavelmente, trabalham com as pessoas com deficiência. Desde o médico de família, pediatras e neurologistas, aos fisioterapeutas, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, professores e educadores especializados, educadores sociais e pais/familiares, há necessidade de saber e conseguir interagir profissionalmente, com humildade e respeito pela área de actuação de cada um destes profissionais. É fundamental que os Educadores Sociais tenham a consciência da necessidade desta interacção e que consigam desenvolver na sua prática, um trabalho inevitável em equipa multiprofissional, para partilhar informações, trocar impressões e unir esforços na condução dos vários processos, onde o objectivo central deve ser o desenvolvimento e integração plena da pessoa com deficiência.

Nesta articulação, há um aspecto que requer um cuidado e uma preparação mais conscienciosa, a orientação e relação com a família. Muitas das vezes esta está mais “fragilizada” do que a própria pessoa com deficiência e o educador social deve estar atento para saber orientar.

Indubitavelmente os aspectos de autonomia e independência impõem-se quando se fala da pessoa com deficiência. Actualmente, técnicos e especialistas defendem que o conceito de autonomia é aplicado a qualquer pessoa, independente do seu estatuto físico e mental e do seu grau de dependência. É evidente que quando nos referimos à deficiência temos que considerar situações de maior ou menor dependência, o que implica diferentes graus na conquista da autonomia. No entanto, não há dúvidas de que as pessoas com deficiência podem ser autónomas e, pessoas sem deficiência podem manifestar falta de autonomia. O desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência pressupõe um ambiente facilitador, que promova e incentive a tomada de decisões mas, ao mesmo tempo esta tem que experimentar os efeitos que daí advêm. Contudo as famílias, técnicos e amigos das pessoas com deficiência, depararam-se muitas vezes com respostas e atitudes desadequadas, inibidoras da conquista de autonomia, como a limitação das experiências, super-protecção e paternalismos, isolamento em relação a ambientes normalizantes e situações que dificultam a construção de uma identidade. A forma como a sociedade encara a pessoa tem variado no tempo, de uma perspectiva médica, centrada em preocupações clínicas tem-se evoluído para uma *abordagem social* centrada no regresso à comunidade, na procura de respostas nos ambientes naturais da pessoa e da família e no progressivo reconhecimento dos direitos consagrados, sobretudo o direito à diferença.

3. Da teoria à prática

Na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti a disciplina de Educação Especial faz parte do plano curricular para o 4º ano e é anual. A resolução metodológica é constituída de componentes teóricos e componentes práticos, onde se pretende que neste último domínio, os discentes vivenciem situações o mais aproximadas possíveis das que iram encontrar futuramente nesta área de actuação.

Tentamos dinamizar assim a disciplina através de iniciativas que se vão estendendo ao longo do ano lectivo, mas em que as mesmas estejam o mais possível associadas a outros acontecimentos em vários domínios sociais.

No ano lectivo 2002/2003 e 2003/2004 procurou-se aliar a componente prática aos eventos do Ano Europeu da Pessoa com Deficiência/2003. As iniciativas surgiram no sentido de divulgar, pela comunidade académica, algumas actividades relacionadas com o evento. Os trabalhos visaram promover nos alunos em geral a participação em outras actividades que decorreram fora da ESE de Paula Frassinetti, nomeadamente exposições e iniciativas públicas, bem como pesquisar e informar-se de toda a dinâmica e iniciativas em torno do evento, promovidas pelos diversos países europeus.

A abertura do ano lectivo 2004/2005 coincidiu com a preparação e a realização dos Jogos Paralímpicos em Atenas na Grécia. Este acontecimento serviu para colocarmos aos alunos o desafio de que, como futuros educadores sociais, poderiam aproveitar um acontecimento internacional para *sensibilizar a sociedade e fundamentalmente a comunidade académica para a problemática da pessoa com deficiência*. Surgiram assim, por parte dos alunos, iniciativas positivas que envolveram alguns elementos da comunidade, alunos dos diversos cursos, professores e funcionários da ESE. Promoveram-se em diversos dias e paralelamente à realização dos Jogos em Atenas, várias actividades durante uma semana normal de aulas. Nos intervalos das mesmas, os alunos dinamizaram jogos semelhantes às vivências dos

“verdadeiros atletas”, desde “Os 100m sobre rodas” (percorrer determinado circuito em cadeira de rodas), “correr” de olhos vendados com guias, jogos de Voleibol “sentados no chão” até à Boccia em cadeira de rodas. Os “atletas” vencedores foram medalhados em pódio com registo fotográfico. Realizaram ainda um desdobrável com informações e divulgação das actividades que estariam a promover durante a semana, painéis em que actualizavam diariamente as principais notícias do Jogos Paralímpicos em Atenas, algumas curiosidades da história destes Jogos, as modalidades praticadas, os vários tipos de deficiências envolvidos bem como o painel dos verdadeiros atletas medalhados em Atenas. Divulgaram as iniciativas na página informática da ESE de Paula Frassinetti, construíram em três dimensões o Bicas, a mascote dos Jogos Paralímpicos, que esteve exposta na Escola, como mais uma forma de chamar a atenção de todos. Realizaram entrevistas a docentes ligados ao Desporto e à Educação Especial e posteriormente divulgaram as mesmas. Implementaram o jogo “Descobre-me” destinado a invisuais, material que foi construído no 2º ano de Educação Social no âmbito da disciplina de Psicossociologia do Idoso. Aproveitaram a iniciativa da Galp e dos CTT para enviarem o maior número possível de postais aos atletas com mensagens de coragem, incentivo e reconhecimento. Para isso construíram dois “marcos” do correio, colocados no bar da Escola, onde as pessoas poderiam escrever e colocar as suas mensagens que depois, foram encaminhadas para Atenas conjuntamente com a iniciativa a nível nacional.

No decorrer destas actividades, que coincidiram com as primeiras aulas do ano lectivo, sentimos os alunos empenhados e envolvidos o que foi benéfico para a sensibilização e motivação para a disciplina.

Ainda dentro de uma componente prática, realiza-se com estes alunos, mais no final do ano lectivo, uma visita de estudo a uma Instituição de Solidariedade Social, onde possam observar, apreender e constatar a realidade dos

temas teóricos que foram abordados ao longo do ano lectivo. A instituição visitada, o Centro de Acção Social do Conselho de Ílhavo/Aveiro, tem várias valências que vão desde a Creche, Jardim-de-Infância, Ateliers de Tempos Livres com crianças integradas, até às Oficinas de Formação Profissional, salas de Fisioterapia e de actividades de Reabilitação bem como um Centro de Dia e Lar Residencial, para apoio à 3ª Idade e população com Deficiência que foram abandonados ou não têm suporte familiar para os acolher. Nesta iniciativa os alunos têm a oportunidade de verificar as várias patologias estudadas na componente teórica, contactar com os diferentes técnicos que lidam com esta problemática e perceber da orientação e organização de uma realidade institucional.

4. A opinião dos alunos

Numa perspectiva construtivista e no enquadramento da melhoria das instituições universitárias na procura e no controle de qualidade do ensino superior (Conselho da União Europeia, 1998), durante os últimos anos, a maioria dos países europeus tem criado organismos responsáveis pela avaliação do ensino superior.

Considerando que através da avaliação se obtém informações objectivas de índole quantitativa e qualitativa permitindo que se tomem decisões tendo em conta a diversidade das áreas que se abordam, as fontes de informação devem ser variadas assim como os instrumentos utilizados para a sua recolha (Carrascosa, 2000).

A avaliação dos alunos através da valorização das disciplinas consoante o plano de estudos pode revelar dados para o processo de avaliação de uma titulação. Por isso consideramos que a recolha de informação através da opinião dos alunos deve fazer-se mediante instrumentos e procedimentos que garantam o máximo de validação e fiabilidade dos dados obtidos. A ESE de Paula Frassi-

netti, através da Comissão da Avaliação Interna da Escola, tem uma grande preocupação nesse sentido. Independentemente e no âmbito da formação individual (Doutoramento Educação; Identidade e Futuro) aplicamos o inquérito do *modelo de auto-regulação*, de Juan Díaz Carrascosa proposto para o PNECU – *Plan Nacional de Evaluación de la Calidad de las Universidades* às turmas do 4º ano de Educação Social, nomeadamente à disciplina de Educação Especial, a fim de facilitar a integração da mesma, a auto-informação e a correspondente tomada de decisões. Este está estruturado em cinco factores:

Factor 1 – Actuação docente

Factor 2 – Organização e meios

Factor 3 – Avaliação

Factor 4 – Planificação da disciplina

Factor 5 – Cumprimento formal do docente

Do universo de 66 alunos matriculados nas duas turmas no ano lectivo 2004/2005, obtivemos resposta a 55 inquéritos. Para este artigo apenas consideramos pertinentes os indicadores do Factor 4, no que respeita à planificação da disciplina. Consideramos serem os que nos ajudam a reflectir e a repensar as concepções e práticas. Numa classificação de 1 a 5, obtivemos para os indicadores do *Factor 4* as seguintes médias.

Inquérito

Instruções de preenchimento:

Indique, numa classificação de 1 a 5, sendo 1 o mínimo e 5 o máximo, em que medida valoriza os seguintes factores nas respectivas dimensões, colocando uma cruz (X) nos quadrados que entender por mais convenientes.

Factor 4: Planificação da disciplina

Questões	1	2	3	4	5
P2. Importância dos conteúdos da disciplina para a formação					
P8. Coordenação da disciplina com o resto do curso					
P1. Definição dos objectivos e conteúdos da disciplina					

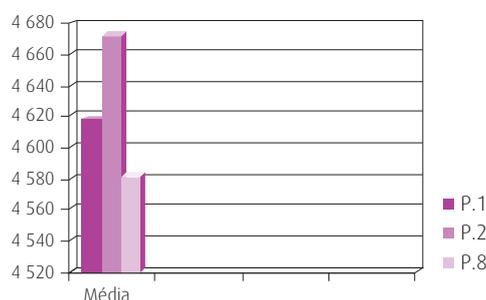


Gráfico das médias apuradas no Factor 4

Da leitura dos resultados obtidos encontramos uma média para a P.1 de 4.618, para a P.2 de 4.672 e para a P.8, uma média de 4.581.

Numa perspectiva de auto-regulação e de tomada de decisões, podemos concluir que, de modo geral, os alunos valorizam os objectivos da disciplina de Educação Especial, consideram importantes os conteúdos da mesma para a sua formação, e que esta poderá ser melhorada na articulação e coordenação com o resto do curso, embora a média deste indicador seja de 4.581, pelo que consideramos um valor satisfatório.

5. Conclusões

Na perspectiva de dar sentido às aprendizagens e no que respeita ao questionamento do porquê se faz o que se faz, é necessário traçar um olhar crítico sobre as competências pretendidas aos educadores sociais comparativamente às possíveis saídas profissionais destes. Pensamos que, dentro desta perspectiva e o muito que ainda há por fazer nesta área, a disciplina de Educação Especial tem toda a pertinência na formação dos educadores sociais, além da formação teórica, aprofundamento de conceitos e contacto com a realidade, é imperativo que desenvolvessem competências conscientes da responsabilidade social

que têm neste domínio. A diversificação e complexificação da população em geral e dos indivíduos portadores de deficiência em particular, solicitam aos educadores uma maior especialização, mas ao mesmo tempo, mais adaptabilidade e flexibilidade, ou seja, uma polivalência. É imperativo que a integração se consiga realizar ao mais alto nível e que acima de tudo se traduza em respostas sociais que melhorem a qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência.

Referências Bibliográficas

- CARRASCOSA, J. R., *La Evaluación de la enseñanza por los alumnos en el Plan Nacional de Evaluación de la Calidad de las Universidades. Construcción de un Instrumento de Evaluación*, Revista de Investigación Educativa, 2000, Vol. 18, nº 2, pp. 433-445.
- FERNANDES, H. S., *Educação Especial*, Edições APPACDM, Distrital de Braga, 2002.
- MADUREIRA, I.P. & LEITE, T.S., *Necessidades Educativas Especiais*, Universidade Aberta, 2003.
- ROEGIERS, X. & DE KETELE, J.M., *Uma pedagogia da integração, Competências e aquisições no ensino*, ArtMed, 2ª edição, 2001.